



**Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário – Área Administrativa
Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-002

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Cada dia traz sua alegria e sua pena, e também sua lição proveitosa.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOÇÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, notas ou impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Minhas janelas

Em geral as pessoas possuíram automóveis e se recordam de todos eles. Eu possuí janelas e ajuntei para a lembrança um sortido patrimônio de paisagens. Minha primeira providência em casa nova é instalar meus instrumentos de trabalho ao lado duma janela. A janela também faz parte do equipamento profissional do escritor. Sem janelas, a literatura seria irremediavelmente hermética, feita de incompreensíveis pedaços de vida, lágrimas e risos loucos, fúrias e penas.

Tive muitas janelas, e nenhuma delas mais generosa do que esta de que me despeço na manhã de hoje. Amanhã cedo mudarei de casa, de janela, e até de alma, pois o meu modo de ver e viver já não será o mesmo, fatalmente. Não falo de mim, mas do que foram as janelas por meu intermédio.

Quando era menino, nunca olhei pela janela, mas fazia parte da paisagem dum quintal, doce e áspero a um só tempo, com seus mamoeiros bicados pelos passarinhos, as galinhas neuróticas em assembleia permanente, o canto intermitente da água no tanque, o azul sem morte. Só à medida que ganhamos corpo e tempo vamos aprendendo a conhecer a importância das janelas.

Vou perder dentro de poucas horas esta magnífica janela, incomparavelmente a melhor peça deste apartamento, e a mais vivificante de todas as janelas em que trabalhei e morei. Peço pois um minuto de silêncio, em derradeira homenagem aos meus telhados de limo lá embaixo, minhas amendoeiras, meus pinheiros, minhas gaivotas, meu mar, minhas ilhas, minhas vagas, meus dias de resaca, meus dias de calma, meus barcos. Dou adeus para o meu mar noturno, invisível e trágico, e adeus para este mar cheio de luz.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. **Os sabiás da crônica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 207-208)

1. Ao considerar a importância das janelas em sua vida, o cronista afirma que elas lhe dão acesso tanto à **paisagem** externa como à sua própria **alma**. Essa mesma concomitância está expressa quando ele
 - (A) enumera todos os componentes da paisagem da qual está agora se despedindo.
 - (B) revela que todo escritor tem necessidade de contar com a proximidade de seus instrumentos.
 - (C) diz que em sua infância ele próprio já fazia parte da paisagem, dispensando as janelas.
 - (D) se lembra de que ouvia o canto intermitente da água no tanque e olhava o azul do céu.
 - (E) se despede de seu mar noturno e invisível, ao despedir-se do mar que está iluminado.
2. A frase *Sem janelas, a literatura seria irremediavelmente hermética* sugere uma convicção estética do autor, segundo a qual a arte da literatura deve
 - (A) renunciar à chamada vida do espírito para melhor acolher os encantos da paisagem.
 - (B) penetrar densamente nos espaços mais recônditos e misteriosos do espírito humano.
 - (C) acessar cenários disponíveis nos quais nossa criatividade possa se projetar e se clarificar.
 - (D) intensificar a densidade da paisagem natural com a complexidade das nossas paixões.
 - (E) acrescentar à paisagem simples as cores humanas sem as quais a natureza empalidece.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *à medida que ganhamos corpo e tempo* (3º parágrafo) = tão logo nos encorpamos a tempo.
 - (B) *um sortido patrimônio de paisagens* (1º parágrafo) = um afortunado conjunto visionário.
 - (C) *feita de incompreensíveis pedaços de vida* (1º parágrafo) = retida em seus fragmentos vitais.
 - (D) *o canto intermitente da água* (3º parágrafo) = a música intervalada da água.
 - (E) *as galinhas neuróticas em assembleia* (3º parágrafo) = as galinhas indômitas vociferando.
4. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
 - (A) Quando a atenção dos olhos curiosos do cronista se voltam para os elementos da paisagem, tudo o que nela se mostra fazem-no mais inspirado.
 - (B) Não se escrevem textos inspirados sem o recurso da visão que nos proporcionam, em cada casa que habitamos, as janelas abertas para a vida.
 - (C) Quando se escancara as janelas de uma casa, as visões que nos proporciona todo esse encantamento pode redundar em boa literatura.
 - (D) Meus sentimentos de menino, diferentemente dos de adulto que hoje me domina, constituía por si mesmo toda a paisagem da boa infância.
 - (E) As águas correndo num tanque, ao ouvirem-nas alguém sensível, soa como a música que nos chegam por instrumentos de orquestra.
5. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
 - (A) As paisagens de que me reporto não são quaisquer umas: apenas as das minhas janelas.
 - (B) As visões externas com cujas nos comprazemos dizem algo da nossa interioridade.
 - (C) Os elementos do cenário ao qual se interessa o cronista dão-lhe motivos para escrever.
 - (D) Há encantos da natureza pelos quais ninguém, em sã consciência, pode ou deve ignorar.
 - (E) Pelas janelas de uma casa abrem-se paisagens de cuja beleza muitos se impregnarão.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Males de nossas sociedades

A enfermidade do Ocidente, mais do que social ou econômica, é moral. É verdade que os problemas econômicos são graves e não foram resolvidos. Também é certo que, apesar da abundância, a pobreza não desapareceu. Vastos grupo – as minorias raciais, religiosas e linguísticas – seguem sendo ou sentindo-se excluídos.

Porém, a verdadeira e mais profunda discórdia está na alma de cada um. O futuro se tornou a região do horror, e o presente se converteu num deserto. As sociedades liberais giram incansavelmente: não avançam, se repetem. Se mudam, não se transfiguram. O hedonismo do Ocidente é a outra face do seu desespero; o seu ceticismo não é uma sabedoria, e sim uma renúncia; o seu niilismo desemboca no suicídio e em formas degradadas de credulidade, como os fanatismos políticos e as quimeras da magia.

O lugar vazio deixado pelo cristianismo nas almas modernas não foi ocupado pela filosofia, mas pelas superstições e interesses mais grosseiros. Nosso erotismo é uma técnica, não mais uma arte ou uma paixão. O hedonismo contemporâneo desconhece a temperança: trata-se de um recurso de angustiados e desesperados, uma expressão do niilismo que corrói implacavelmente o Ocidente.

(Adaptado de PAZ, Octavio, 1978. Apud GIANNETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 141)

6. Ao afirmar sua convicção de que *a enfermidade do Ocidente é moral*, o autor do texto
- identifica-se com aqueles que veem no Cristianismo o caminho seguro pelo qual se superarão nossas íntimas discórdias.
 - negligencia quaisquer outras ordens de problemas sociais, como a pobreza ou a discriminação racial.
 - considera que as razões dessa doença social estão no vazio individual de quem gira entre o hedonismo e o niilismo.
 - defende a ideia de que as teses filosóficas modernas passaram a ocupar o lugar das primitivas virtudes cristãs.
 - faz ver que os excessos da arte erótica e das paixões sem freio impedem a paz e o desejável isolamento do espírito.
-
7. No contexto do 2º parágrafo, a frase *Se mudam, não se transfiguram* conserva seu sentido caso seja substituída por
- Tão logo mudam, deixam de se converter.
 - Caso alterem algo, nada transfiguram.
 - Se variarem tudo, pouco transfigurarão.
 - Mesmo quando variam, não se transformam.
 - Vindo a mudar, pouco se modificam.
-
8. Ao diagnosticar a crise do Ocidente, o autor localiza nessa crise as razões morais da instalação dessa crise, e não vê como dirimir as consequências dessa crise sem uma profunda transformação das nossas crenças.
- Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- localiza-a – em que se instala – em cujas consequências
 - localiza nela – de sua instalação – dirimir-lhe as consequências
 - lhe localiza – de cuja instalação – dirimir nela as consequências
 - localiza-lhe – na qual se instalam – dirimi-la em suas consequências
 - a localiza – aonde se instala – tais consequências delas
-
9. Atente para as seguintes orações:
- Há um lugar vazio dentro de nós.
 - Nosso vazio íntimo nos traz angústia.
 - Nossa angústia deriva do nosso niilismo.
- Essas três orações articulam-se de modo coeso e coerente neste período único:
- O vazio dentro de nós é o lugar íntimo do niilismo que redundando em nossa angústia.
 - Ainda que haja um vazio angustiante dentro de nós, de nosso íntimo nasce nosso niilismo.
 - A angústia nossa, de que deriva nosso niilismo, é um lugar vazio dentro de nós.
 - A angústia de que deriva nosso vazio íntimo ocupa o lugar do nosso niilismo.
 - Provém do nosso niilismo a angústia que nos traz o nosso vazio íntimo.
-
10. A pontuação está inteiramente adequada na frase:
- Se, de um lado, há minorias raciais perseguidas, de outro há os religiosos injustiçados, discriminados por suas opções de fé.
 - O que o cristianismo deixou de nos legar, foi uma fé de fato estribada, nos valores civilizacionais.
 - Em nossos dias, o erotismo mesmo, deixou de ser movido pela paixão, tornando-se acima de tudo, uma mera técnica.
 - Se de um lado, o hedonismo, se vale dos prazeres mais imediatos, de outro, o niilismo, acaba por negar quaisquer alegrias.
 - Está na alma de cada um, a discórdia moral, razão da enfermidade do Ocidente, que impede a realização das criaturas.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Um ortopedista observou que 70% de seus pacientes pararam de sentir dor sem remédios e não precisaram de fisioterapia, o restante recebeu indicação de fisioterapia. Ele também observou que apenas 80% de seus pacientes com indicação de fisioterapia compareceram ao tratamento e que todos tiveram melhora em seu quadro de dor. Sabendo-se que 6 desses pacientes não fizeram fisioterapia, o total de pacientes observados pelo ortopedista foi

(A) 120
(B) 80
(C) 100
(D) 70
(E) 200

12. Considere a expressão numérica a seguir:

$$\{[8 \cdot 4 + 3] \div 7 + (3 + 15 \div 5)^3\} - [19 - 7] \div 6\}^5$$

O valor dessa expressão é

(A) 176
(B) 189
(C) 205
(D) 173
(E) 192

13. O salário de Marcos em janeiro de 2022 era R\$ 3.500,00. A partir de maio de 2022, o salário de Marcos foi reajustado em 10% e, a partir de outubro de 2022, o salário de Marcos foi novamente reajustado em 6%. O salário médio mensal de Marcos em 2022 foi, aproximadamente, de

(A) R\$ 3.795,10
(B) R\$ 4.081,52
(C) R\$ 3.850,00
(D) R\$ 3.791,08
(E) R\$ 3.900,35

14. Carlos, Danilo e Eduardo vão prestar vestibular no próximo ano para Engenharia, Oceanografia e Geografia, não necessariamente nessa ordem. Além disso, os cursos pertencem a três universidades diferentes, Uniazul, Univerde e Unibranco. Danilo vai prestar na Uniazul, Carlos quer ser engenheiro e quem quer ser geógrafo vai para a Unibranco. Está correto afirmar que

(A) Carlos vai prestar vestibular na Univerde e Danilo na Uniazul.
(B) Danilo vai prestar vestibular para Oceanografia e Eduardo vai prestar vestibular para Geografia na Univerde.
(C) Carlos vai prestar vestibular para Engenharia na Uniazul e Danilo vai prestar vestibular para Oceanografia.
(D) Carlos vai prestar vestibular na Univerde e Eduardo vai prestar vestibular para Oceanografia.
(E) Carlos vai prestar vestibular para Engenharia e Eduardo vai prestar vestibular na Uniazul.

15. Na conta armada da figura, cada letra representa um algarismo e letras diferentes representam algarismos diferentes.

$$\begin{array}{r} \\ + \\ \hline K \end{array}$$

O valor de $X + Y + W + M + K$ é

(A) 9
(B) 8
(C) 10
(D) 15
(E) 12

**Legislação**

16. Durante um evento de treinamento para os aprovados no concurso de um Tribunal Regional do Trabalho, foi destacada a importância da adoção de práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida. Nos termos da Resolução CNJ nº 400/2021, essas práticas definem:
- (A) gestão sustentável.
 - (B) missão institucional.
 - (C) visão institucional.
 - (D) ações de sustentabilidade.
 - (E) eficiência multidisciplinar.
-
17. Nos termos definidos no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, é atribuição da Corregedoria
- (A) conhecer das reclamações e sugestões relativas aos serviços judiciários.
 - (B) julgar os *habeas corpus*, mandados de segurança e os agravos regimentais contra atos do Corregedor.
 - (C) julgar os incidentes de falsidade.
 - (D) deliberar sobre o afastamento do cargo de Magistrado denunciado.
 - (E) julgar os processos disciplinares para imposição de quaisquer penas aos Magistrados, por faltas cometidas no exercício dos seus cargos, assegurando-lhes ampla defesa.
-
18. Considere a seguinte cronologia hipotética:
- 20/01/22: data da publicação do resultado do concurso público.
15/03/22: data da publicação do ato de nomeação.
05/04/22: data do ato da posse.
30/04/22: data da entrada em exercício.
- Com base nos eventos acima relacionados, e desconsiderando quaisquer pedidos de prorrogação de prazos, nos termos ditados pelo Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, houve
- (A) descumprimento do previsto no Regimento Interno, uma vez que a entrada em exercício deveria ter ocorrido em até 30 dias da publicação do ato de nomeação.
 - (B) cumprimento integral do previsto no Regimento Interno.
 - (C) descumprimento do previsto no Regimento Interno, uma vez que a publicação do ato de nomeação deveria ter ocorrido em até 30 dias da publicação do resultado do concurso.
 - (D) descumprimento do previsto no Regimento Interno, uma vez que a data da posse deveria ter ocorrido em até 15 dias da data da publicação do ato de nomeação.
 - (E) descumprimento do previsto no Regimento Interno, uma vez que a data da entrada em exercício deveria ter ocorrido em até 15 dias da data do ato da posse.
-
19. A Lei nº 8.112/1990 especifica que o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado
- (A) quadro, cuja divisão far-se-á mediante distribuição dos cargos públicos por unidade administrativa.
 - (B) cargo público, cujo provimento far-se-á mediante ato do Presidente da República para todos os casos.
 - (C) cargo público, cujo provimento far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
 - (D) carreira, cuja promoção far-se-á mediante ato do Presidente da República para todos os casos.
 - (E) carreira, cuja promoção far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.
-
20. Um servidor estável do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região teve sua demissão invalidada por decisão administrativa. Nesse caso, a Lei nº 8.112/1990 prevê a reinvestidura desse servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação. Todavia, o cargo anterior foi extinto. Nesse caso hipotético, a referida norma estabelece que esse servidor
- (A) será exonerado.
 - (B) ficará em disponibilidade.
 - (C) passará por processo de readaptação.
 - (D) será nomeado para um cargo em comissão de provimento externo.
 - (E) será transferido.

**Direito Administrativo e de Administração Pública**

21. Considere que o Estado pretenda conceder à iniciativa privada a exploração de determinada rodovia pelo prazo de 32 anos, de forma que o privado assumirá, também, a obrigação de efetuar a duplicação de determinados trechos, além de ficar responsável pela manutenção e operação da malha concedida. Considerando que, segundo as projeções, a receita auferida com a cobrança de pedágio não seria suficiente para a realização dos investimentos demandados, da ordem de R\$ 20 milhões (valor do contrato), tal pretensão afigura-se juridicamente
- (A) inviável, em face da combinação de objetos diversos – obras, operação e manutenção – o que, de acordo com a jurisprudência dos órgãos de controle, restringe injustificadamente o universo de potenciais competidores.
 - (B) possível, em tese, na forma de concessão comum, mediante prévia autorização legislativa, e desde que a contraprestação pecuniária a cargo do poder concedente seja inferior a 70% da receita total da concessionária.
 - (C) viável, desde que adotada a modalidade concessão administrativa, que permite o aporte de recursos públicos para assegurar a cobertura dos investimentos e custos operacionais que excedam a receita tarifária.
 - (D) possível, em tese, mediante celebração de uma concessão patrocinada, arcando o parceiro público com o pagamento de contraprestação pecuniária como forma de complementação da receita tarifária.
 - (E) inviável, eis que extrapola o prazo máximo admitido por lei para concessões comuns e parcerias público-privadas, além de não observar o piso mínimo de investimento necessário para essa última modalidade.
22. Suponha que o Estado esteja cogitando a criação de uma entidade integrante da Administração indireta, com personalidade jurídica própria, encarregada de construir habitações populares. De acordo com as premissas constantes de nosso ordenamento jurídico, poderá instituir
- (A) fundação privada, criada nos termos da legislação civil, autorizada a desempenhar funções públicas mediante contrato de gestão.
 - (B) empresa pública, criada por lei e desde que comprove a conveniência de atuar em regime monopolista por razões de interesse público.
 - (C) sociedade de economia mista, mediante prévia autorização legislativa delimitando seu objeto e indicando o relevante interesse coletivo presente.
 - (D) autarquia, mediante lei específica, podendo ter natureza pública ou privada, sujeita aos princípios que regem a Administração Pública.
 - (E) organização social, que passa a integrar a Administração indireta a partir do procedimento de qualificação e celebração de termo de parceria.
23. Considere que concessionária de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos esteja sendo acionada por usuário, que pleiteia indenização por lesões sofridas em função de acidente ocorrido na via férrea, alegando falha no sistema de sinalização. A responsabilidade da referida concessionária
- (A) é subsidiária em relação à do poder concedente, e somente se configura se demonstrada falha na prestação do serviço.
 - (B) é de natureza subjetiva, demandando a comprovação de negligência da concessionária, cujo ônus é do demandante.
 - (C) depende da comprovação de dolo ou culpa de seus agentes, nos moldes do direito privado, não sendo equiparada à responsabilidade administrativa.
 - (D) é solidária à responsabilidade objetiva da Administração, esta que responde prioritariamente pelos danos causados aos usuários.
 - (E) é de natureza objetiva, bastando a demonstração do nexo de causalidade, e ante a ausência de excludentes de responsabilização, como caso fortuito e culpa exclusiva da vítima.
24. Quanto aos vícios verificados em face dos atos administrativos, tem-se que aqueles relativos
- (A) ao objeto não são, em regra, passíveis de saneamento, cabendo convalidação apenas quando produzirem efeitos em face de terceiros.
 - (B) ao motivo podem ser sanados, com a devida correção ou complementação, cabendo a convalidação do ato.
 - (C) à finalidade são considerados insanáveis, não havendo possibilidade de convalidação de ato praticado com desvio de finalidade.
 - (D) à competência são sempre passíveis de saneamento, mediante ratificação da autoridade competente.
 - (E) à forma são, em regra, passíveis de saneamento, convalidando-se o ato exclusivamente com efeitos *ex nunc*.
25. No que concerne aos poderes da Administração, tem-se que o poder disciplinar
- (A) atinge aqueles que possuem vínculo jurídico com a Administração, como, por exemplo, os que com ela contratam, não se restringindo aos servidores.
 - (B) constitui a prerrogativa de ordenar a ação dos agentes públicos, somente extravasando os limites da organização administrativa em caso de calamidade pública.
 - (C) incide apenas em face daqueles que possuam vínculo funcional com a Administração, constituindo derivação do poder hierárquico.
 - (D) manifesta-se mediante atuação de caráter vinculado, não sendo sua aplicação *in concreto* dotada de qualquer traço de discricionariedade.
 - (E) atinge todos os administrados, sendo expressão da supremacia do interesse público e autorizando a aplicação de sanções nos limites fixados em lei.



26. Considere que no curso da execução de uma obra pública de construção de um viaduto, a Administração tenha constatado a necessidade de alteração das especificações do projeto, para melhor atender à necessidade de fluidez de tráfego na região, com a inclusão de faixa adicional para caminhões e veículos pesados. Determinou, assim, a incorporação das obras decorrentes da alteração do projeto ao contrato celebrado com a construtora, tendo a mesma manifestado oposição às alterações e alegado violação ao instrumento convocatório. A conduta da Administração
- (A) somente encontra respaldo na legislação de regência se configurado erro de projeto executivo, o qual, se imputável à contratada, afasta o direito a reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (B) não encontra amparo na legislação, demandando a prévia anuência da contratada, eis que somente afigura-se cabível alterações unilaterais em razão de álea extraordinária, caso fortuito ou força maior.
- (C) somente será juridicamente válida se importar majorações qualitativas ou quantitativas ao objeto contratado no limite máximo de 25% do valor original do contrato, atualizado monetariamente.
- (D) encontra amparo na legislação, que autoriza a alteração unilateral quando necessária a alteração do projeto para melhor adequação técnica, mediante recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (E) será juridicamente válida apenas se comprovada razões de interesse público supervenientes e se os acréscimos não ultrapassarem 50% do valor original do contrato, devidamente atualizado.
-
27. A prestação de um serviço público por particular sob regime de permissão
- (A) somente é juridicamente válida em se tratando de serviço público impróprio ou não exclusivo, que permite a prestação por particular em regime privado e submetido à fiscalização pelo poder público.
- (B) é outorgada a particular por ato administrativo, sempre em caráter de não exclusividade e condicionado à comprovação de requisitos de qualificação técnica.
- (C) dispensa o prévio procedimento licitatório, considerando seu caráter discricionário e a possibilidade de retomada pela Administração a qualquer tempo.
- (D) possui caráter precário, não havendo fixação de prazo de duração atrelado à amortização dos investimentos tal como ocorre na concessão.
- (E) não afasta, apesar de possuir caráter contratual, a possibilidade de retomada antes do prazo fixado, desde que mediante regular procedimento de encampação ou caducidade.
-
28. De acordo com o regime estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, a revogação de um procedimento licitatório em curso
- (A) constitui prerrogativa da Administração, que possui discricionariedade para revogar o certame caso não conte com número satisfatório de licitantes.
- (B) é admitida em razão de fato superveniente devidamente comprovado, assegurada prévia manifestação dos interessados.
- (C) é expressamente vedada, salvo em razão da constatação de vícios ou de condições que impeçam a ampla competitividade.
- (D) somente é juridicamente possível caso ainda não revelados os preços ofertados pelos licitantes, sob pena de violação do sigilo das propostas.
- (E) somente é possível em caso de perecimento do objeto ou inviabilidade de contratação nos termos descritos no edital.

Orçamento Público

29. As informações a seguir são de um ente público estadual e referentes ao exercício financeiro de 2022.

Receitas Orçamentárias Previstas	R\$ 105.600.000,00
Receitas Orçamentárias Realizadas	R\$ 112.800.000,00
Receita Corrente Líquida	R\$ 72.500.000,00
Resultado de Execução Orçamentária	R\$ 51.200.000,00

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o limite máximo da Despesa Total com Pessoal do Poder Judiciário do referido ente, no exercício financeiro de 2022, foi de

- (A) R\$ 30.720.000,00
- (B) R\$ 43.500.000,00
- (C) R\$ 4.350.000,00
- (D) R\$ 6.336.000,00
- (E) R\$ 6.768.000,00
-
30. Na execução orçamentária, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,
- (A) a liquidação da despesa por fornecimento de materiais terá por base o comprovante da entrega dos materiais.
- (B) o empenho é dispensado para as despesas que utilizam créditos orçamentários adicionais extraordinários.
- (C) a liquidação é requerida para a devolução de depósito em caução recebido em garantia fornecida por contrato.
- (D) o pagamento de despesa corrente impacta negativamente o resultado de execução orçamentária.
- (E) o lançamento de receitas orçamentárias decorrentes de impostos dá origem a um ativo financeiro.



31. Quanto aos instrumentos de planejamento, a Lei Complementar nº 101/2000 determina que
- (A) a Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2023 deve estabelecer as metas de resultados orçamentário e financeiro para o ano de 2023.
 - (B) a Lei Orçamentária Anual deve apresentar a dotação inicial fixada com juros e encargos da dívida como Despesa de Capital.
 - (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve apresentar a dotação inicial fixada com a aquisição de um veículo novo como Investimentos.
 - (D) o Plano Plurianual deve dispor sobre as formas de limitação de empenho e as condições para transferências de recursos a entidades privadas.
 - (E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2023 deve estabelecer os resultados nominal e primário para os anos de 2023, 2024 e 2025.
32. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o valor obtido em julho de 2022 com operação de crédito por antecipação de receita orçamentária deve
- (A) ser considerado para a apuração da receita corrente líquida, em conjunto com as receitas tributárias, de serviços, industriais e outras transferências correntes.
 - (B) ser evidenciado como Receita Realizada no Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2022.
 - (C) ter sido previsto na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022, em atendimento ao princípio da universalidade.
 - (D) ser classificado quanto à categoria econômica e à origem em Receita de Capital e Operação de Crédito, respectivamente.
 - (E) ser liquidado, com juros e outros encargos incidentes, até 10/12/2022 e evidenciado como extraorçamentário no Balanço Financeiro do ano de 2022.
33. As informações a seguir são referentes à aquisição e à distribuição gratuita de 100 cestas básicas por uma entidade pública.
- 14/12/2022: empenho da despesa pelo valor de R\$ 20.000,00 para a aquisição das 100 cestas básicas.
- 19/12/2022: entrega das 100 cestas básicas pelo fornecedor e liquidação da despesa pelo valor total da nota de empenho emitida em 14/12/2022.
- 23/12/2022: distribuição gratuita das 100 cestas básicas.
- 09/01/2023: pagamento da despesa pelo valor total da nota de empenho emitida em 14/12/2022.
- De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) um ativo financeiro foi constituído em 19/12/2022.
 - (B) um recebimento extraorçamentário foi evidenciado no Balanço Financeiro do ano de 2022.
 - (C) o valor total inscrito em 31/12/2022 em restos a pagar não processados foi R\$ 20.000,00.
 - (D) um passivo permanente foi constituído em 19/12/2022.
 - (E) uma despesa orçamentária corrente ocorreu em 09/01/2023.
34. O Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, integra o Relatório
- (A) de Gestão Fiscal referente ao último quadrimestre e apresenta a receita com a exploração de recursos naturais e com valores mobiliários.
 - (B) de Gestão Fiscal referente ao último quadrimestre do exercício e apresenta a receita proveniente da alienação de bens imóveis e da exploração do patrimônio intangível.
 - (C) Resumido da Execução Orçamentária referente ao último quadrimestre do exercício e apresenta a receita proveniente da alienação de bens imóveis e da exploração de recursos naturais.
 - (D) Resumido da Execução Orçamentária referente ao último bimestre do exercício e apresenta a receita proveniente da alienação de bens móveis, imóveis e intangíveis.
 - (E) de Gestão Fiscal referente ao último bimestre do exercício e apresenta a receita patrimonial prevista, atualizada e realizada.
35. De acordo com o Ementário da Classificação por Natureza de Receita, um ente público deve classificar a receita com
- (A) "Contribuições Econômicas" na origem denominada Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
 - (B) "Inscrição em Concursos e Processos Seletivos" na espécie denominada Taxas.
 - (C) "Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte" na origem denominada Receita Patrimonial.
 - (D) "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais" na origem denominada Receitas de Serviços.
 - (E) "Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros" na origem Amortização de Empréstimos.



36. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2024 de um ente público, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve conter
- anexo com a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano de 2022.
 - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
 - demonstrativo relativo à apuração da receita corrente líquida do último bimestre de 2023.
 - reserva de contingência cujo montante é definido com base na receita realizada em 2023.
 - demonstrativo da inscrição em restos a pagar do último quadrimestre de 2023.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

37. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o registro contábil de ativo contingente referente a ressarcimento de valores indevidamente pagos a servidores por uma entidade pública deve ser efetuado por meio do seguinte lançamento contábil:
- Débito: 8.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais Ativos
Crédito: 8.x.x.x.x.xx.xx Execução de Ativos Contingentes
 - Débito: 1.x.x.x.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
Crédito: 3.x.x.x.x.xx.xx Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
 - Débito: 1.x.x.x.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa
Crédito: 4.x.x.x.x.xx.xx Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
 - Débito: 1.x.x.x.x.xx.xx Créditos a Receber
Crédito: 4.x.x.x.x.xx.xx Indenizações, Restituições e Ressarcimentos
 - Débito: 7.x.x.x.x.xx.xx Atos Potenciais Ativos
Crédito: 8.x.x.x.x.xx.xx Execução de Atos Potenciais Ativos
38. Uma entidade pública reconheceu, em julho de 2023, provisão para riscos trabalhistas em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Desse modo, o reconhecimento deve ser evidenciado como
- Passivo Permanente no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
 - Atos Potenciais Passivos no Quadro das Contas de Compensação.
 - Despesas Correntes no Quadro Principal do Balanço Orçamentário.
 - Despesa Orçamentária no Balanço Financeiro.
 - Passivo Financeiro no Quadro Principal do Balanço Patrimonial.

Atenção: Para responder às questões de números 39 a 41, considere as seguintes transações de uma entidade pública federal ocorridas no exercício financeiro de 2022.

- Arrecadação de receita com Taxas pelo valor de R\$ 3.200.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no exercício financeiro de 2021.
 - Distribuição gratuita, pelo valor de R\$ 203.000,00, de uniformes para agentes da entidade pública.
 - Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo pelo valor de R\$ 105.000,00. O veículo foi entregue em janeiro de 2023. Neste mesmo mês, a despesa foi liquidada e paga pelo valor total empenhado.
 - Empenho, liquidação e pagamento de despesa corrente com Pessoal e Encargos Sociais pelo valor de R\$ 4.930.000,00.
 - Lançamento de receita com Taxas pelo valor de R\$ 1.120.000,00. Deste valor lançado, a entidade pública arrecadou R\$ 1.000.000,00 no exercício financeiro de 2022 e R\$ 120.000,00 no mês de janeiro de 2023.
 - Pagamento, pelo valor de R\$ 20.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021. Tais restos a pagar se referem a despesa corrente com materiais para instalação elétrica que foram integralmente recebidos e utilizados pela entidade pública no exercício financeiro de 2021.
 - Recebimento de Transferências Correntes Intragovernamentais no valor de R\$ 5.130.000,00. O fato gerador desta receita, de acordo com o regime de competência, ocorreu no exercício financeiro de 2022.
 - Reconhecimento, pelo valor de R\$ 32.100,00, de depreciação do ativo imobilizado.
 - Reconhecimento, pelo valor de R\$ 6.000,00, do ajuste de perdas de estoques.
 - Utilização, pelo valor de R\$ 280.000,00, de material de expediente para a prestação de serviços à população.
39. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2022 foi superavitário em
- R\$ 1.001.900,00
 - R\$ 798.900,00
 - R\$ 3.878.900,00
 - R\$ 4.380.000,00
 - R\$ 1.281.900,00



40. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, o resultado de execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2022 foi superavitário em
- (A) R\$ 3.295.000,00
 - (B) R\$ 4.275.000,00
 - (C) R\$ 4.295.000,00
 - (D) R\$ 4.380.000,00
 - (E) R\$ 3.380.000,00
-
41. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado financeiro apurado por meio do Balanço Financeiro do ano de 2022 foi positivo em
- (A) R\$ 4.500.000,00
 - (B) R\$ 4.380.000,00
 - (C) R\$ 4.400.000,00
 - (D) R\$ 4.275.000,00
 - (E) R\$ 4.295.000,00
-
42. De acordo com a NBC TSP 12, a Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade pública elaborada pelo método direto evidencia os valores decorrentes
- (A) do lançamento de receitas correntes com taxas nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (B) da apropriação mensal por regime de competência do 13º salário nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
 - (C) da liquidação de despesa de capital para aquisição de ativo intangível nos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.
 - (D) da aquisição de um veículo novo à prazo nos Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.
 - (E) de transferências correntes intragovernamentais recebidas nos Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.
-
43. O reconhecimento de um depósito em caução em dinheiro recebido deve ser efetuado utilizando-se contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público pertencentes
- (A) à classe 6 e a receita reconhecida é extraorçamentária.
 - (B) às classes 1 e 2 e o passivo reconhecido é financeiro.
 - (C) às classes 1 e 4 e o ativo reconhecido é financeiro.
 - (D) às classes 2 e 4 e o passivo reconhecido é permanente.
 - (E) à classe 6 e a receita reconhecida é corrente.
-
44. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a doação de dinheiro recebida por uma entidade pública, sem condições atrelada à doação, dá origem a
- (A) uma variação patrimonial aumentativa.
 - (B) uma variação patrimonial qualitativa.
 - (C) uma receita orçamentária não efetiva.
 - (D) um ingresso extraorçamentário.
 - (E) um ativo contingente.

Administração Financeira e Orçamentária

45. Constituem limitações para o total de emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária de 2024:
- (A) 1,55% da receita corrente líquida do exercício de 2022, desde que 50% desse percentual seja destinado a ações e serviços públicos de saúde.
 - (B) 1,55% da receita corrente líquida do exercício de 2023, desde que 50% desse percentual seja destinado a ações e serviços públicos de saúde.
 - (C) 2% da receita corrente líquida do exercício de 2022, desde que 50% desse percentual seja destinado a ações e serviços públicos de saúde.
 - (D) 2% da receita corrente líquida do exercício de 2022, desde que 0,45% sejam destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - (E) 1,55% da receita corrente líquida do exercício de 2022, desde que 0,45% sejam destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino.



46. Por haver Vara do Trabalho instalada em Fraiburgo/SC, um parlamentar propõe emenda individual para construção de instalação similar na cidade vizinha de Frei Rogério/SC, argumentando que ambas as municipalidades são do mesmo porte. A emenda ao orçamento é então aprovada e sancionada. Ao início do exercício financeiro em que tal orçamento entrou em vigor, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12) é consultado acerca de eventual impedimento à execução do edifício. Apesar de inexistirem quaisquer óbices à empreitada, seja de ordem fundiária, de engenharia, jurídicos ou administrativos, a Presidência pondera que não há demanda judiciária bastante na jurisdição, indagando se, alternativamente, seria possível (i) adiar o projeto ou (ii) empreender parte da reforma no edifício de Videira/SC com o mesmo crédito, a fim de ali futuramente acomodar uma segunda Vara.

Considerando a situação hipotética e as indagações acima, baseado no que consta da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) A emenda é impositiva e corresponde a crédito que deve ser executado.
 (B) É possível adiar o projeto para outro exercício, se houver insubsistência de arrecadação.
 (C) A emenda é impositiva e corresponde a crédito que deve ser executado, a despeito de haver impedimento de ordem técnica.
 (D) Embora a emenda seja impositiva, é possível realizar parte da etapa de outra edificação.
 (E) Somente seria admissível tal emenda se iniciada por pedido do próprio TRT12.

47. Suponha o seguinte quadro resumo de detalhamento das ações para o órgão 15000, unidade 15113 veiculado na Lei Orçamentária Anual da União.

	1 – PES	2 – JUR	3 – ODC	4 – INV	5 – IFI	6 – AMT	9 – RES	Total
1000	502.111.545		91.671.427	8.028.620				601.811.592
1001	53.912.654							53.912.654
1027			4.848.886					4.848.886
1050			54.977					54.977
1056	209.403.768							209.403.768
1138			5.834.518					5.834.518
Total	765.427.967	0	102.409.808	8.028.620	0	0	0	875.866.395

(Baseado no volume III da Lei Orçamentária Anual de 2023, p. 140, com adaptações)

A partir de tal demonstrativo, uma interpretação possível e compatível com o quadro é que

- (A) apenas naturezas de despesa correntes tem créditos consignados.
 (B) a maior parte dos recursos é oriunda da fonte 1000 – recursos livres da União, e é absorvida em naturezas de despesa correntes.
 (C) a maior parte dos recursos é destinada ao centro de custo 1000 – melhoria da prestação judiciária, e é oriunda da ação 1 – pessoal.
 (D) não houve créditos de ações glosados pela Instituição Financeira Independente do Senado Federal, que estariam indicados na coluna 5 – IFI.
 (E) nenhuma das ações relacionadas tem resultados consignados, que estariam indicados na coluna 9 – RES.

48. Quanto ao empenho, é correto afirmar:

- (A) é ato-fato contábil que deve sensibilizar tanto o subsistema financeiro quanto o patrimonial.
 (B) é ato contábil que sensibiliza tão somente o subsistema de compensação.
 (C) corresponde ao implemento da condição necessária e suficiente ao pagamento da obrigação assumida pelo ordenador de despesas.
 (D) importa na dedução de seu valor na dotação adequada à despesa que virá a ser realizada em virtude de um compromisso que foi assumido.
 (E) corresponde à efetiva satisfação do crédito em favor do contratado, que oferece plena e rasa quitação à administração pública.

49. Considere que no exercício X0 houve programa de bolsa estudantil para os servidores da Justiça do Trabalho que, em virtude de desistências definitivas e posses em outro cargo público inacumulável, acabou por não executar todo o crédito que havia sido empenhado. O saldo existente foi então inscrito em “restos a pagar não processados” e sua execução foi retomada a partir do segundo semestre de X1 de forma centralizada pela Presidência do Tribunal Regional e não pela Secretaria de Gestão de Pessoas, como houvera sido no exercício de X0.

A opção adotada foi

- (A) correta, mas deverá ocorrer o lançamento em Despesas de Exercícios Anteriores quando do efetivo pagamento.
 (B) correta, mas faz-se necessária a transposição do crédito para a nova secretaria mediante crédito adicional suplementar.
 (C) incorreta, pois deveria ter sido objeto de inscrição em “restos a pagar liquidados”.
 (D) correta, mas faz-se necessário o remanejamento do crédito mediante crédito extraordinário.
 (E) incorreta, pois a despesa não estava em fase de liquidação, nem teria os mesmos beneficiários, pelo que o saldo deveria ter sido cancelado.



50. A Proclamação da República levou a uma expansão dos gastos estatais, com a organização das burocracias dos Estados. Entretanto, em um Brasil em que ainda prevalecia o voto censitário, houve diversas pressões pelo resgate da responsabilidade fiscal durante toda a Primeira República, até que em 3 de setembro de 1926 foi aprovada emenda constitucional à Carta de 1891, que, entre outras disposições, estipulou:

"Art. 34. ... [sic]

§ 1º As leis de orçamento não podem conter disposições estranhas à previsão da receita e à despesa fixada para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nessa proibição:

- a) a autorização para abertura de créditos suplementares e para operações de crédito como antecipação da Receita;
b) a determinação do destino a dar ao saldo do exercício ou do modo de cobrir o déficit."

O parágrafo primeiro do art. 34 introduziu o princípio orçamentário da

- (A) não afetação.
(B) especificação.
(C) unidade.
(D) universalidade.
(E) exclusividade.

51. O Relatório de Gestão Fiscal é um importante instrumento de transparência da gestão fiscal em que, comparados com os limites estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal, deve trazer o seguinte:

- (A) dívida flutuante, distinguindo a intermediada pelo Banco Central.
(B) dívida consolidada, excluída a mobiliária.
(C) despesas com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas.
(D) antecipações de receitas orçamentárias.
(E) garantias recebidas.

52. A verificação ao final do bimestre de que a receita realizada não oferece supedâneo para a meta de resultado planejada, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é conteúdo regulado

- (A) pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que contém o anexo de metas fiscais e estipula os critérios para a limitação do empenho.
(B) pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que contém o anexo de metas fiscais, e pela Lei Orçamentária Anual, que estipula os critérios para a limitação do empenho.
(C) pelo Relatório Resumido de Execução Orçamentária, que coteja o resultado com a meta e aplica as limitações constitucionais.
(D) pela Lei Orçamentária Anual, que contém o anexo de metas fiscais e estipula os critérios para a limitação do empenho.
(E) pela Lei Orçamentária Anual, que contém o anexo de metas fiscais, e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estipula os critérios para a limitação do empenho.

Contabilidade Geral

Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 53 e 54.

A empresa XYZ S.A. divulgou suas demonstrações contábeis referentes ao ano fiscal de 20X4. Delas, foram retiradas as seguintes informações (em milhares de reais):

Conta	20X3	20X4
Despesa com Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	—	84.000,00
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	56.000,00	34.000,00
Contas a Receber (valor bruto)	400.000,00	420.000,00

Entre 20X3 e 20X4, a empresa XYZ S.A. apenas realizou vendas a prazo e estimou, ao início do ano fiscal de 20X4, que as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa seriam de 10% do valor da receita líquida. Tal estimativa foi precisa e não houve ajustes posteriores.

53. Com base apenas nas informações fornecidas, o valor total da baixa de incobráveis feita em 20X4 foi de

- (A) R\$ 22.000,00
(B) R\$ 84.000,00
(C) R\$ 106.000,00
(D) R\$ 62.000,00
(E) R\$ 50.000,00



54. Com base apenas nas informações fornecidas, o valor total de recebimentos de clientes, em 20X4, da empresa XYZ S.A. foi de
- (A) R\$ 924.000,00
 - (B) R\$ 386.000,00
 - (C) R\$ 840.000,00
 - (D) R\$ 756.000,00
 - (E) R\$ 714.000,00
-
55. Sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), considere:
- I. Os valores encontrados para o valor adicionado com a utilização de conceitos econômicos e contábeis convergirão se admitido que não há saldos iniciais e finais para os estoques.
 - II. Evidência a geração de riqueza apenas aos acionistas, partindo da receita líquida, custo da mercadoria vendida e demais despesas operacionais.
 - III. A riqueza gerada pela entidade pode ser distribuída nos seguintes principais componentes: pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) I.
 - (C) II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
56. Considerando o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, é correto afirmar que
- (A) a entidade deve julgar a adequação da apresentação de contas adicionais separadamente com base na avaliação da natureza e liquidez dos ativos, da função dos ativos na entidade e dos montantes, natureza e prazo dos passivos.
 - (B) a entidade é obrigada a sempre divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente, mesmo que outro Pronunciamento Técnico indique o contrário.
 - (C) o conjunto completo de demonstrações contábeis deve ser divulgado trimestralmente, incluindo informação comparativa.
 - (D) a materialidade e a agregação dizem respeito à avaliação, por parte da administração, sobre a capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível.
 - (E) todas as demonstrações devem ser elaboradas seguindo o regime de competência.
-
57. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, as notas explicativas devem, dentre outras,
- I. apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.
 - II. divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, mesmo que estejam apresentadas em outra parte das demonstrações financeiras.
 - III. fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras, ainda que elas não sejam consideradas necessárias para uma apresentação adequada.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) II e III, apenas.
-



58. Considere hipoteticamente que a empresa ABC S.A. atua no setor de manufatura e, em 01/04/2020, adquiriu uma máquina para ser utilizada no processo de produção de mercadorias pelo valor de R\$ 400.000,00. Estima-se que a máquina tenha 10 anos de tempo de vida útil e que possa ser vendida, ao final desse período, pelo valor residual de R\$ 76.000,00. A empresa utiliza o método das cotas constantes para realizar o registro mensal de depreciação, que ocorre todo dia 30 do mês.

Durante o mês 05/2022, a equipe responsável pelo processo produtivo soube, de seu principal fornecedor, que havia sido lançado no mercado um novo modelo de máquina, cujo principal diferencial em relação à anterior era o nível de eficiência. Em razão disso, o contador da empresa ABC S.A. optou por fazer um teste de *impairment* deste ativo imobilizado, a fim de verificar qual seria o seu valor recuperável. Estimou-se que o valor justo da máquina seria de R\$ 340.000,00, sendo que as despesas adicionais de venda corresponderiam a 5% desse valor; já seu valor de uso seria de R\$ 327.000,00. Assim, o valor registrado na conta de ativo imobilizado da empresa ABC S.A., em 31/05/2022, correspondente à máquina mencionada foi de

- (A) R\$ 324.000,00
(B) R\$ 327.000,00
(C) R\$ 332.500,00
(D) R\$ 323.000,00
(E) R\$ 400.000,00

Atenção: Considere as informações abaixo para responder às questões de números 59 e 60.

A empresa Aprovado S.A. apresentou, em 30/11/20X8, o Balancete Contábil a seguir:

Aprovado S.A.			
Balancete Contábil em 30/11/20X8			
	R\$		R\$
Ativo Circulante	131.000,00	Passivo Circulante	69.000,00
Caixa	60.000,00	Contas a pagar	20.000,00
Estoques de mercadorias	45.000,00	Fornecedores	34.000,00
Clientes	32.000,00	Aluguel a pagar	15.000,00
PECLD	(6.000,00)		
		Passivo Não Circulante	96.000,00
Ativo Não Circulante	164.000,00	Empréstimos	96.000,00
Imobilizado	108.000,00		
Depreciação	(24.000,00)	Patrimônio Líquido	130.000,00
Propriedade para investimento	80.000,00	Capital social	116.000,00
		Reserva legal	14.000,00
TOTAL DO ATIVO	295.000,00	TOTAL DO PASSIVO + PL	295.000,00

Durante o mês de dezembro de 20X8, foram realizadas as seguintes transações:

- Pagamento do saldo da conta Aluguel a pagar.
 - Recebimento de 40% da conta Clientes.
 - Venda de mercadorias à vista pelo valor líquido de R\$ 70.000,00, sendo que o Custo da Mercadoria Vendida correspondeu a R\$ 45.000,00.
 - Reconhecimento da depreciação do período no valor R\$ 750,00.
 - Venda de propriedade para investimento à vista no valor de R\$ 100.000,00.
 - Compra de matéria-prima a prazo para o processo produtivo de R\$ 50.000,00.
59. Com base apenas nas informações fornecidas, o Balanço Patrimonial da empresa Aprovado S.A., de 31/12/20X8, apresentou saldo de
- (A) Passivo mais Patrimônio Líquido de R\$ 330.000,00
(B) Passivo Circulante de R\$ 54.000,00
(C) Ativo Circulante de R\$ 291.000,00
(D) Patrimônio Líquido de R\$ 130.000,00
(E) Ativo Não Circulante de R\$ 164.750,00
60. Com base apenas nas informações fornecidas, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais da empresa Aprovado S.A. durante o mês de dezembro de 20X8, calculado pelo método indireto, foi de

- (A) R\$ 102.800,00
(B) R\$ 67.050,00
(C) R\$ 87.800,00
(D) R\$ 67.800,00
(E) R\$ 117.800,00